

# Resgate da dívida não prejudicará o mercado pública

O mercado financeiro recebeu sem muito estardalhaço a notícia de que o governo pretende começar a recomprar a dívida pública a partir do ano que vem. "Qualquer que seja a intenção do governo, ela não afetará de imediato a dívida. Mas, seja qual for a atitude, ela não mudará o comportamento das instituições financeiras, já que o governo não vai prejudicar o mercado", declarou Marcos Valadares Teixeira, diretor da corretora Pebb — a instituição independente que detém a maior posição de títulos públicos.

No geral, as instituições financeiras não se assutaram com a notícia de recompra da dívida. Os empresários financeiros afirmam que, para atingir esse objetivo, o governo precisará de decisão política de cortar o déficit, já que a recompra da dívida está condicionada ao superávit fiscal. "Ao mesmo tempo em que o Ministério da Fazenda quer tomar medidas austeras, há diversos furos que, por pressões políticas, acabam fazendo o governo gastar mais", acredita Lauro de Luca, diretor de open da Corretora Ativa.

**Situação Atual** — A dívida pública do governo (considerando apenas a quantidade de títulos federais em poder do mercado) já atinge Cz\$ 22 trilhões, valor que cresce para Cz\$ 31 trilhões se forem considerados também os papéis que estão fora do mercado (com estatais) e na carteira do Banco Central. A dívida em mercado equivale, aproximadamente, a 10% do PIB (Produto Interno Bruto).

Para este ano, a meta do governo é reduzir o déficit para 4% do PIB, mas a grande surpresa é a intenção de gerar superávit fiscal no próximo ano. Se o governo conseguir um superávit de 0,5% do PIB, já vai haver sobre de caixa, o que poderá levar o Banco Central a resgatar parte da dívida.

Mas, na interpretação de alguns diretores de instituições financeiras, o anúncio do governo visou muito mais dizer ao mercado que sua intenção não é dar nenhum calote no pagamento da dívida, já que ele demonstrou intenção de recomprar uma parte desses papéis vendidos ao mercado. "Há 15 anos — desde que foi criada — que a dívida pública vem crescendo. Mostrar uma reversão nesse comportamento seria importante para dar mais credibilidade aos títulos do governo", disse José Júlio Senna, diretor financeiro do Bravista e ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central.

Mas essa não é a primeira vez que o governo demonstra intenções de recomprar sua dívida. Na verdade, essa declaração também foi feita em novembro de 1986, quando o então ministro da Fazenda Dilson Funaro disse que o dinheiro do compulsório — que o governo estava acabando de decretar — seria usado para recomprar a dívida interna. Ao contrário do anunciado pelo ministro, a dívida interna cresceu muito a partir daquela declaração. Só este ano, o crescimento real já supera os 30%.